

A REINVENÇÃO DO CAMPESINATO: UMA CARTOGRAFIA COLETIVA

Cristine Jaques Ribeiro

Resumo: Este artigo percorre múltiplos caminhos através de discussões e conceitos pertinentes à realidade de assentamentos do MST que, em seu cotidiano, reinventam o modo de vida campestre. Certamente, a produção de ações que resistem a imposição do sistema capitalista fortalece os processos coletivos que são gestados por dentro de um espaço que pretende romper com as fronteiras estabelecidas pelo próprio sistema.

Palavra-chave: Reinvenção; processos; subjetividade.

Introdução

Este artigo pretende apresentar a discussão sobre as práticas coletivas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que em processos de singularização produzem a reinvenção do campesinato.

O trabalho percorre o entendimento de não pensar em identidade camponesa, mas pensar o coletivo através de suas multiplicidades que autogestam uma micropolítica existente no espaço reinventado pelos assentados do MST. Essa tentativa de análise considera que mesmo na sociedade capitalística existem práticas capazes de andar na sua contramão e, portanto, capazes de produzir, criar e resistir as antiproduções resultantes deste sistema.

Para tanto, esta discussão tem a proposta de análise cartográfica que pretende questionar os territórios estabelecidos no pensar e no agir desta sociedade. A cartografia oferece

subsídios para descobrirmos que os espaços dos assentamentos do MST, a partir de suas paisagens, desenham um campo capaz de ampliar o modo de vida rural tradicional para o campesinato. Assim, estes vão, se constituindo na tentativa de criar mecanismos de enfrentamento a subjetividade criada pelo mercado.

Primeiramente, serão apresentados o conceito de sociedade capitalística e a sua implicação no meio rural; logo segue a análise sobre os dispositivos/agenciamentos que surgem no espaço cotidiano que contribuem para a reinvenção do ser campestre. Conseqüentemente, os conceitos de singularização e micropolítica também farão parte do texto para considerar a reinvenção como questão central deste texto. Por fim, é pertinente aliar aos conceitos de auto-análise e de autogestão que potencializam processos de singularização para a decisão coletiva através do modo de vida campestre.

1. Território Rural: campo de luta

O meio rural vem sendo território¹ demarcado que atravessa as histórias² campestres, pois as sociedades capitalísticas³ se configuram no dia a dia destas populações. Os assentados do MST sofrem a imposição do mercado que de forma perversa controla a vida e a morte dos seres.

¹ “Há um certo tratamento serial e universalizante... que consiste recisamente em reduzir... a espécie de apropriação do outro, apropriação da imagem do outro, do sentir do outro” (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 281).

² “Historiar é um processo cognoscitivo que pretende reconstruir os acontecimentos nos tempos, mas que o faz assumindo que qualquer reconstrução é feita desde uma perspectiva, que qualquer reconstrução inclui os desejos, os interesses, as tendências de quem história” (BAREMBLITT, 1998, p. 41).

³ “... sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do Terceiro Mundo ou do capitalismo periférico, assim como as economias ditas socialistas dos países do leste, que vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo” (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 15).

O campo de luta se manifesta nas diversas tentativas de resistência contra a hegemonia mercadológica. A exigência de produzir alimentos para vender é marcada pelo custo das vidas que se subalternizam a condições não expressivamente escolhidas por elas. Tudo é fabricado a partir da imposição capitalística, pois o território está muito bem demarcado.

Modelos de produção criados por várias multinacionais, como a Monsanto, que pulveriza nas práticas agrícolas plantios de sementes transgênica assinalam que o confronto e a resistência significam a contramão de uma ditadura não dita, mas de fato vivida pelos agentes de diversos movimentos e, nesse caso, os assentados do MST.

A subjetividade que não é o somatório de sentimentos ou a sua manifestação individual e sim uma produção social (GUATTARI; ROLNIK 2000) conduz as ações que desencadeiam em subserviência a partir do controle do comércio agrícola. Um exemplo claro é a implantação da Área de Livre

Comércio das Américas (ALCA) que vem sendo negociada por governos e empresários, ou seja, a imposição da competição para comercialização de produtos que sempre foi desigual, mas que agora inviabiliza qualquer proteção aos pequenos frente às ofertas que virão das grandes empresas.

Ora, com os acordos da ALCA, a tendência é igualar os preços praticados nos Estados Unidos e no Brasil. Assim, vamos disputar os mesmos mercados da Ásia, Europa e Oriente Médio para vender, pelo mesmo preço, milho, soja, carnes, algodão, que são produzidos tanto pelos Estados Unidos, como pelo Brasil (com a diferença de que nos Estados Unidos há maiores subsídios governamentais e, portanto, menor custo de produção).(cf. Cartilha Via Campesina, 2002).

Portanto, o território rural, propriedade privada de uma minoria, manifesta-se a partir de um campo de luta que apresenta em sua paisagem assentamentos de reforma agrária, ou seja, assentamentos conquistados pelo MST. Para tanto as antiproduções⁴ penetram-se na vida das multidões⁵, mas que, mesmo assim movimentam o território e forçam para que este possa se tornar espaço de luta através de um outro modo de vida.

Assim, conhecer a origem dos assentamentos e seus mecanismos de constituição para a convivência coletiva⁶ referenda a busca por outros caminhos do conhecimento que não pretende defender a identidade campesina, pois se assim o fizer desconsiderará as possibilidades e os processos que não são somente objetivos e não se explicam em uma simples afirmação de homogeneidades.

Os conceitos, como o de identidade, que buscam explicar a eficácia de uma organização coletiva, também inviabilizam as múltiplas expressões existentes no espaço micro⁷ em determinados tempos⁸ de luta. Contudo, não está sendo dito que não deva existir uma luta que “suponha” uma identidade, isso se dá no território macro, mas não uma vida cotidiana identitárias que exige uma homogeneização das ações dos agentes, aqui considerados, campesinos assentados. Pois, “... a identidade é aquilo que faz

⁴ As antiproduções nada mais são que “processo de destruição das realidades produzidas ou do impedimento de sua produção” (BAREMBLLIT, 1998, p. 79).

⁵ A multidão é um conjunto de múltiplas emergências, de forças e singularidades. (KIRST; FONSECA, 2003, p. 132).

⁶ Não é sinônimo de social, refere-se a uma multiplicidade, a uma rede de processos que opera, ao mesmo tempo, além do indivíduo, junto do socius... (KASTRUP, 1999, p. 187).

⁷ O micro, dito tanto no sentido físico, químico, biológico quanto no sentido social e desejante, é o lugar das conexões anárquicas, insólitas, impensáveis... O micro é o lugar da eclosão constante do novo... (BAREMBLLIT, 1998, p. 45).

⁸ Não se trata de um tempo cíclico, tal como se atribui aos antigos, de maneira apressada, mas antes de uma estrutura profunda, pela qual o tempo reconcilia-se consigo mesmo, onde começo e fim rimam... (PELBART, 1998, p. 185).

passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável” (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 68-69)⁹.

Outra questão importante para pensarmos o campo de luta é a questão do trabalho como produção de subjetividade¹⁰ que é a produção capitalista da própria vida dos agentes desta sociedade. Ou seja, o trabalho não apenas material, mas imaterial¹¹ que condiciona as ações, os pensares, os desejos, as buscas incessantes de transformações revolucionárias no dia a dia.

Mas por que chamar de trabalho imaterial uma tal atividade? Por que considerá-lo ‘imaterial’, se é um trabalho que mexe diretamente com a matéria? Primeiro, por produzir coisas imateriais. Por exemplo, em vez de fabricar apenas carros ou geladeiras ou sapatos, esses setores produzem imagens, informação, conhecimento, serviços. Num segundo sentido, é trabalho imaterial na medida em que incide sobre algo imaterial, que é a subjetividade humana. Consumimos hoje e sobretudo fluxos, de imagem, de informação, de conhecimento, de serviços. Esses fluxos formatam nossa subjetividade, revolvendo nossa inteligência e conhecimentos, nossas condutas, gostos, opiniões, sonhos e desejos, em suma nossos afetos. Consumimos cada vez mais maneiras de

⁹ Cabe aqui trazer um fragmento do texto de Raquel de Matos Lopes Gentili quando explica identidade “Como categoria teórica, a identidade expressa tanto uma relação que objetiva uma manifestação da realidade humana e social quanto expressa simultaneamente como subjetividade humana...” (1997 p. 128). Contudo, tento ir para além da discussão de subjetividade como subjetivo onde já acima foi explicado. A identidade expressa em dado momento uma insistência em considerar manifestações de representação que por muitas vezes impossibilitam transformações no dia a dia dos coletivos.

¹⁰ Mas é preciso insistir: a subjetividade não é algo abstrato, trata-se da vida, mais precisamente, das formas de vida, das maneiras de sentir, de amar, de perceber, de imaginar, de sonhar, de fazer, mas também de habitar, de vestir-se, de se embelezar, de fruir, etc. Se é um fato que a produção de subjetividade está no cerne do trabalho contemporâneo, é a vida que aí está em jogo. O trabalho precisa da vida como nunca, e seu produto afeta a vida numa escala sem precedentes (PELBART, 2000, p. 37).

¹¹ Ricardo Antunes em sua obra: *Os Sentidos do Trabalho* também apresenta a existência do trabalho imaterial hoje na sociedade capitalista de produção: “O avanço do trabalho em atividades de pesquisa, na criação de softwares, marketing e publicidade, é também exemplo da ampliação do trabalho na esfera imaterial. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da noção ampliada de trabalho, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo” (ANTUNES, 2002, p. 125).

ver e de sentir, de pensar e de perceber, de morar e de vestir, ou seja, formas de vida... (PELBART, 2000, p. 36).

Então, o território rural, como campo de luta, vai a cada momento sofrendo confrontos e embates. Os assentamentos do MST vão aparecendo como tentativas de desterritorialização de propriedades que por longa data impediram que outro modo de vida da multidão pudesse existir com seu múltiplo movimento e seu ritmo próprio. Essa tentativa de enfrentamento dos assentados vai buscar construir espaços cotidianos que para além da sobrevivência, através das mais diversas formas do trabalho, seja possível reinventar a vida cotidiana.

2. Espaço Campesino: modo de vida reinventado

Quero aqui reconhecer as forças desejan¹² que possibilitam relações criativas dos assentados como diferencial para a reinvenção do modo de vida campesino. Assim, a produção do espaço nos assentamentos surge a partir de forças imanentes¹³ que rejeitam imposições mercantis, ou seja, forças que acontecem aqui e agora, que não delegam para outrem suas manifestações decisivas, mas que são a própria decisão de um modo de vida.

Entretanto, que reinvenção é esta? Tão potente e tão múltipla? É a reinvenção de um campesinato que existe a cada ação gestada, sonhada, vivida através de suas criações. É uma realidade que escancara ao mesmo tempo reproduções, mas

¹² ... O desejo é sinônimo de produção. O que tradicionalmente conhecemos no âmbito social, político, econômico como produção, geração de coisas novas, em Deleuze e Guattari é imanente ao Desejo. Ambos são fluxos generativos que propiciam encontros criadores. O desejo, em rigor, é um devir produtivo em ato. (BAREMBLLIT, 1991, p. 108).

¹³ Para o institucionalismo expressa a não-separação entre os processos econômicos, políticos, culturais (sociais em sentido amplo), os naturais e os desejan^{tes} (BAREMBLLIT, 1998, p. 176).

também a busca pelo novo. Então, não é refazer um campesinato que já está marcado na historiografia e sim um campesinato que surge nesse tempo e nessa história.

Consistirá, portanto, em desenvolver práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto...Do trabalho etc... A questão será literalmente reconstruir o conjunto das modalidades do ser-em-grupo. (GUATTARI, 2001, p. 15- 16).

A tentativa de resistir ao mercado, de forma depende, é um traço que transversaliza relações criativas. O simples cultivo de alimentos livres de agrotóxico apresenta um jeito de viver que autodecide sua organização. Para tanto, é preciso reconhecer que nesse processo existe agenciamento¹⁴ capaz de gerar diversos acontecimentos que afetam a modelizações e que desacomodam determinações macro, um exemplo, são as ações que tentam garantir a produção do leite em assentamentos como consta na Cartilha da Via Campesina:

A produção de leite traz algumas vantagens...:
Garante renda mensal.
Garante o trabalho o ano todo.
Dá possibilidades de combinar (consorciar) agricultura com pecuária.
Dá para produzir em pequena área.
Dá estabilidade financeira para as famílias que trabalham na roça.
Tem mercado garantido. (2001 p. 07).

Portanto, o espaço que se fala não é um espaço abstrato e nem tão pouco fechado sem possibilidades de transformações

¹⁴ Toda forma constituída guarde ela uma maior ou menor potência inventiva, pode sempre, de direito, ser desmanchada e reinventada de acordo com sua comunicação com o plano do agenciamento coletivo, onde fluxos diversos estão em movimento permanente. (KASTRUP, 1999, p. 188).

micro, mas um espaço que não se prende a fronteiras, não estabelece propriedade privada, não se apropria do movimento da vida dos assentados camponeses. É um espaço que desregula, que desestrutura. É um espaço que tem uma velocidade rompedora incontornável porque não se curva tão fácil frente à sociedade de controle. “Um espaço de metamorfose das relações e do surgimento das maneiras de ser; um espaço em que se unem os processos...” (LÉVY, 1998, p. 121).

Contudo, é preciso ter o cuidado de perceber que o espaço aqui apresentado não se configura como “lugar ideal” onde somente em assentamentos seja possível isso acontecer, pois afirmações deste tipo acabam destruindo as mutações existentes no cotidiano. O cotidiano aqui considerado é a vida do dia a dia onde a rotina também faz parte. “O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe como partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente” (CERTEAU, 1998, p. 31). Mas, também o cotidiano não se opõe à história¹⁵ ele é a história das micropolíticas¹⁶ existentes no espaço camponês, pois são manifestações que surgem no bojo das lutas e, portanto, de suas tentativas de reinvenção.

3. Processos Coletivos: as diversas linhas que cruzam as paisagens dos assentamentos

Linhas? Que linhas? Linhas em movimento que dão cor e vida aos processos coletivos. Linhas que se rolam e se desenrolam

¹⁵ Assim contraponho a autora Yamamoto quando afirma que “Cotidiano opõe-se a história: enquanto aquele representa a estabilidade, esta teria como marca a ruptura” (1997, p. 53). A história precisa ser entendida não a partir de seu marco historiográfico das lutas, mas também na sua capacidade de criar conhecimentos que se constituem no cotidiano.

¹⁶ A questão micropolítica – ou seja, a questão de uma análise das formações do desejo no campo social – diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de molar), com aquele que chamei de molecular.... As lutas sociais são ao mesmo tempo, molares e moleculares... (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 127).

a cada busca, a cada amanhecer e entardecer das práticas que surgem a partir das reinvenções campestinas. Então, não são linhas estáticas e acomodadas em uma realidade que não se pretende mudar.

Os processos que conduzem diversas descobertas são aqui entendidos como “O processo que implica a idéia de uma série de ruptura permanente dos equilíbrios estabelecidos” (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 321). Portanto, o equilíbrio, neste sentido, é aquele que serve para evitar conflitos e desconsiderar as potências que existem no cotidiano.

Mas, especificamente, é pertinente apresentar alguns processos que fazem parte do movimento dos coletivos. A autogestão e a auto-análise estão entre eles. Autogestão porque os assentamentos campestinos, por exemplo, são dotados de capacidade e isso é independente ao apoio externo de algum “expert”, ou seja, conseguem por conta decidir suas ações e os caminhos que vão percorrer. A auto-análise não é para propor nos coletivos discussões sobre auto-ajuda, ou coisa deste tipo, mas este coletivo desenvolve a capacidade de analisar o processo, avaliar ações e decisões, questionar os enfrentamentos tomados ou não, entre outras questões.

A auto-análise consiste em que as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, de suas necessidades, de suas demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida. E não que alguém venha de fora ou de cima para dizer-lhes quem são, de que necessitam e o que devem pedir, o que procurar conseguir e o que puderam ou não conseguir. Este processo de auto-análise é simultâneo com o processo de auto-organização, em que a comunidade se articula... se organiza para construir dispositivos necessários para produzir, ela mesma, ou para conseguir,

os recursos de que precisa para o melhoramento de sua vida sobre a terra. (BAREMBLLIT, 1998, p. 18).

Outro processo que surge e enuncia a realização da realidade é a micropolítica. Esta pretende garantir a cada passo o poder constituinte¹⁷ dos coletivos. É uma micropolítica radical que transversaliza relações no confronto com os atravessamentos que surgem também destas relações. Criam-se, então, invenções nos modos de elucidar um campo de subjetivações que é possível intervir enquanto coletivo. Para tanto, nesta paisagem, a singularização, que se caracteriza também como processo, fomenta estas micropolíticas existentes no modo de vida campesino.

O que vai caracterizar um processo de singularização (...) é que ele seja automodelador. Isto é, que ele capte os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global, a nível econômico, a nível do saber, a nível técnico, a nível das segregações, dos tipos de prestígio que são difundidos. A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante. (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 46).

No entanto, é preciso reconhecer que os campesinos podem fazer alianças¹⁸, mas que estas são componentes nos

¹⁷ O que existe no espaço campesino é um saber que vem das histórias vividas e criadas pelos coletivos como também um poder que surge como "... potência constituinte que não se deixa reduzir à transcendência do poder constituído..." (NEGRI, 2002, p. III).

¹⁸ Alianças que se configuram na atualidade é praticar a história do presente. História difícil, pois depende da captação de linhas, movimentos, fluxos, devires, forças e tendências, e não do apoio em estratos, teorias, sistemas que foram sedimentados ao longo do tempo. (KASTRUP, 2000, p. 18).

processos que existem como produção, para não impor a reprodução de um poder global que não considera o que vem a partir dos assentamentos. Pois, o que existe, no modo de vida campesino, é uma heterogeneidade de corpos que busca linhas de fuga do sistema que impera e marca estes mesmos corpos.

Assim, a resistência em permanecer nos assentamentos mesmo com recursos escassos demonstra a vontade de poder criar, neste espaço, modos de vida que vençam o imperialismo das multinacionais como também de empresas brasileiras que desconsideram o cultivo e o manejo de produtos nacionais. As situações emergentes dos assentados potencializam análises entre os grupos de trabalho nos processos de decisão coletiva.

Considerações Finais

A proposta de cartografar acontece quando não existe a necessidade de estabelecer uma objetividade que inviabilize o próprio movimento das paisagens e suas transformações. Paisagens? Que paisagens? As paisagens que desenham os assentamentos com as suas diferentes expressões onde é possível desconstruir cercas que impedem o balanço da vida dos campesinos, pois a desconstrução sugere o novo e, assim, não é possível manter o que estava, mas desconstruir para construir outras possibilidades de vida.

A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos videntes tornaram-se obsoletos. (ROLNIK, 1985, p. 15).

Então, o campesinato, que aqui tentei resumidamente falar, através de seu modo de vida, sugere um outro mundo capaz de enunciar¹⁹ práticas que ultrapassem as barreiras que marcam o dia a dia das multidões. Mundos que se registram a cada passo, a cada fala, a cada posicionamento, a cada manifestação dos corpos que são por conta já o seu próprio registro. Desta maneira, é possível pensar que o percurso deste artigo foi de perceber estes mundos através de um mapa que é:

(...) aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre ao mesmo (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22).

Então, as linhas²⁰ que perpassam este texto encontram-se com as linhas transversas desenhadas pelos assentados camponeses. Ou seja, é um encontro rizomático que não mantém um controle central e sim conexões desobedientes às ordens hierárquicas através de heterogeneidades, multiplicidades, rupturas, invenções que recusam afirmações fechadas sobre a realidade. Falar em rizoma “é afirmar que há ‘um outro domínio que excede o domínio das formas, onde se mistura o que era em aparência distinto, onde se conecta o que permanecia separado” (FONSECA; KIRST, 2003, p. 56).

Pensando os caminhos que produziram este conhecimento acredito que frente às questões colocadas aqui é possível, através das reinvenções dos modos de vida das multidões, também reinventar as práticas criadas na sociedade. Pois, os corpos que

¹⁹ O enunciado é o produto de um agenciamento, sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos, acontecimentos. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 65).

²⁰ Acreditamos que as linhas são os elementos constitutivos das coisas e dos acontecimentos. Por isso cada coisa tem sua geografia, sua cartografia, seu diagrama. O que há de interessante, mesmo numa pessoa, são as linhas que a compõem, que ela cria. (DELEUZE, 1992, p.47).

falo são corpos não funcionais e sim corpos que estão em constante revolução. Corpos que não aceitam adestramentos e subjetivações.

Portanto, é preciso pensar sim em linhas de fuga para também reinventar práticas que sejam constituintes e não constituídas de uma roupagem dócil e ao mesmo tempo perversa. Práticas e não somente ações porque é resultante do envolvimento aliado dos coletivos onde o desejo pela diferença não se torne alvo de destruição daqueles que não desejam revoluções. Mesmo que isso signifique no dia a dia a expressão de uma minoria, pois “(...) uma minoria não tem modelo, é um devir, um processo. Pode-se dizer que a maioria não é ninguém”(DELEUZE, 1992, p. 214).

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. 6ed. São Paulo, Boitempo, 2002. 257p.

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. 4ªed. Rio de Janeiro, Record: Rosa dos Tempos, 1998. 235p.

_____. *Cinco lições sobre a transferência*. São Paulo, Hucitec, 1991.142p.

_____. *Introdução à Esquizoanálise*. Belo Horizonte, Instituto Felix Guattari, 1998. 123p.

CARTILHA DA VIA CAMPESINA. O Problema do Leite e a luta dos(as) pequenos agricultores. Dezembro de 2001.

CARTILHA VIA CAMPESINA. As Consequências da Alca para a Agricultura Brasileira. Julho 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 372p.

DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972-1990*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992. 226p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1995, V.1.

DELEUZE; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo, Ed. Escuta, 1998. 179p.

FONSECA, TÂNIA Galli; KIRST, Patrícia Gomes. *Cartografias e Devires A Construção do Presente*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003. 395p.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. *A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social*. IN: Serviço Social & Sociedade nº 53. Ano XVIII. Março 1997. São Paulo, Cortez, 1997.199p.

GUATTARI, Felix. *As Três ecologias*. 11ªed. São Paulo, Papirus, 2001. 56p.

GUATTARI; ROLNIK, Suely. *Micropolítica - Cartografias do Desejo*. 6ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 327p.

KASTRUP, Virgínia. *A Psicologia na rede e os novos intercessores*. Porto Alegre, UFRGS, 2000.

_____. *A invenção de si e do mundo - uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Campinas: SP, Papirus, 1999. 216p.

LÉVY, Pierre. *A Inteligência Coletiva - por uma antropologia do ciberespaço*. 4ª ed. São Paulo, Loyola, 2003. 212p.

NEGRI, Antonio. *O Poder constituinte*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 468p.

PELBART, Peter Pál. *A vertigem por um Fio: políticas da subjetividade contemporânea*. SP, Iluminuras, Fapesp, 2000.

_____. *O tempo não-reconciliado*. São Paulo, Perspectiva: Fapesp, 1998. 192p.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental*. Transformações contemporâneas do desejo. Petrópolis, Vozes, 1985. 303p.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. *É o cotidiano uma questão para o marxismo?* IN: Serviço Social & Sociedade, n° 54. Ano XVIII. Julho 1997. São Paulo, Cortez, 1997.183p.